

Contas públicas alcançam superávit

■ Tesouro, Previdência e BC obtêm receitas de R\$ 1,9 bilhão em julho

UGO BRAGA

BRASÍLIA – Uma boa notícia sobre as contas públicas: o chamado governo central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – conseguiu obter receitas de R\$ 1,9 bilhão maiores do que as despesas em julho. Desde janeiro, essa esfera de governo já contabiliza uma economia de R\$ 14,1 bilhões na suas contas, o equivalente a 2,53% do Produto Interno Bruto (PIB). “Foi um resultado acima das nossas expectativas”, comemorou o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, ao apresentar os números ontem.

Sozinho, o governo central quase cumpriu a meta indicativa do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pelos termos do empréstimo, todo o setor público, que é a soma do governo central com estados, municípios e estatais, deve arrecadar R\$ 15,6 bilhões a mais do que os gastos públicos entre janeiro e julho. O próximo critério de desempenho na área fiscal está marcado para mês que vem: de janeiro a setembro, o Brasil terá que conseguir arrecadar R\$ 23,78 bilhões a mais do que os gastos públicos.

Na linha – O governo vem conseguindo andar na linha do acordo com o FMI. A diferença entre o resultado já contabilizado com a meta indicativa é de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. O Banco Central ainda está calculando o quanto governadores,

prefeitos e presidentes de estatais conseguiram economizar em junho e julho, e a conta será fechada no fim de setembro.

Mesmo com o bom resultado de julho, o governo ainda não conseguiu corrigir o principal ponto do ajuste fiscal, que são os gastos públicos. Com os aumentos de impostos, a União arrecadou 15,2% mais, comparados a julho deste e do ano passado. Mas nem os cortes no Orçamento impediram as despesas de crescer 3,2% no período.

Queda – Sobre o resultado acumulado desde janeiro, a proporção é quase idêntica. A receita do governo subiu de 19,5% do PIB em 98 para 21,1% do PIB neste ano. Mas do outro lado, das despesas, a queda é bem mais tímida – de 19,1% do PIB para 18,4% do PIB.

Fábio Barbosa explicou que a despesa não recua mais por conta de itens sobre os quais o governo não tem controle, como os repasses constitucionais a estados e municípios e o pagamento de benefícios da Previdência Social. Não por coincidência, os gastos com os dois tópicos cresceram respectivamente 0,4 e 0,2 ponto percentual do PIB entre 1998 e 1999.

Nos gastos de custeio e capital, rubrica do Orçamento na qual o governo administra seus gastos com projetos e programas públicos, os desembolsos caíram de R\$ 25,1 bilhões de janeiro a julho do ano passado para R\$ 21,7 bilhões neste ano.

Resultado primário do Governo Central

Em R\$ milhões



Obs.: Conceito primário, que engloba receitas e despesas correntes, exceto o gasto com juros da dívida pública

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional